



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



CONTRATO Nº \_\_\_\_/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM REPAROS CIVIS PARA REVESTIMENTOS DE PAREDES, PISOS E FORROS E PARA ESQUADRIAS DE MADEIRA E METÁLICAS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Proc. T2-EOF-2012/00255

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) **Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº T2-EOF-2012/00255, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 121/2012, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_/\_\_/2012, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do processo, FIRMAM o presente Contrato cuja finalidade é *a prestação de serviços técnicos especializados em reparos civis para revestimentos de paredes, pisos e forros e para esquadrias de madeira e metálicas*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



## 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços técnicos especializados em reparos civis para revestimentos de paredes, pisos e forros e para esquadrias de madeira e metálicas, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 121/2012 e seus Anexos I, II, III e IV, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

## 2- CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

### 2.1 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Os serviços deverão ser executados:

2.1.1.1 – em dias úteis, **exclusivamente** em horário noturno, das 21:00 às 06:00 horas dia seguinte;

2.1.1.2 – em finais de semana e feriados, em horário diurno, das 06:00 às 18:00 horas.

2.1.2 - Nos serviços que exijam demolição/remoção, a Contratada previamente isolará a área, fará sinalização clara e adequada e se assegurará que o local estará seguro e livre de riscos a pessoas e bens, caso os serviços não tenham terminado e devam reiniciar em outro horário/dia.

2.1.2.1 - Ao final da jornada, todo entulho/resíduo deverá ser retirado do local onde foi gerado e o ambiente devidamente limpo.

2.1.3 - Para os serviços de recomposição de revestimentos de parede, piso e forro (emboço, reboco, contra-piso, gesso etc) deverão ser rigorosamente observados, no que couber, o prumo, o alinhamento, o esquadro, o nivelamento, a concordância de superfícies e o caimento, não podendo a Contratada aplicar qualquer material de acabamento sem expressa autorização do Contratante.

2.1.4 - Os materiais de acabamento (tinta, azulejos, piso cerâmico, placa de gesso), antes de aplicados/assentados, deverão ser submetidos à prévia autorização do Contratante.

2.1.5 - As tintas deverão ser de 1ª linha (ref. marcas Suvnil, *Sherwin Williams*, Coral e *Ypiranga*,) e os azulejos e pisos cerâmicos a serem utilizados deverão **obrigatoriamente** respeitar as cores e dimensões dos existentes nas dependências do Contratante.

2.1.6 – Para os serviços de recomposição de forro de gesso e de pinturas das esquadrias de madeira e metálicas se aplicam os cuidados quanto à prevenção de riscos segurança previstos no subitem 2.1.2 desta Cláusula.

2.1.7 – Nos serviços de pinturas de esquadrias de madeira e metálicas deverão ser empregadas tintas de 1ª linha, tendo como referência àquelas elencadas no subitem 2.1.5 desta Cláusula.

2.1.8 - A Contratada deverá, antes do início dos serviços, vistoriar os locais onde os mesmos serão realizados, tomando ciência de suas condições e dirimindo dúvidas porventura existentes.

2.1.9 – A Contratada deverá apresentar, antes do início dos serviços, relação de materiais, equipamentos e ferramentas a serem utilizados, bem como listagem contendo nome e identificação dos profissionais que executarão os serviços.



## 2.2 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.2.1 - O prazo de execução dos serviços é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, *[no mínimo 03 (três) dias e no máximo 90 (noventa) dias, conforme Proposta]*, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

2.2.2 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## 3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

3.3 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.

3.4 - Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

3.5 - Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

3.6 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento deste Contrato.

3.7 – A Contratada deverá apresentar, antes do início dos serviços, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente paga, na qual deverão estar discriminados o responsável técnico e os serviços a serem executados.

3.8 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

3.9 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.



#### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

##### **4.1 - DO PREÇO:**

4.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Substituição de piso cerâmico, conforme especificações	m²	125,00		
2	Substituição de azulejos, conforme especificações	m²	280,00		
3	Reparos de forro em gesso	m²	100,00		
4	Pintura de parede interna, com tinta látex acrílico, conforme especificações	m²	1.500,00		
5	Pintura de esquadria de madeira: porta lisa, dimensões 0,60 x 2,10 m, conforme especificações	un	100,00		
6	Pintura de esquadria de madeira: porta lisa, dimensões 0,70 x 2,10 m, conforme especificações	un	200,00		
7	Pintura de esquadria de madeira: porta lisa, dimensões 0,80 x 2,10 m, conforme especificações	un	100,00		
8	Pintura de esquadria de madeira: porta meia veneziana, dimensões 0,60 x 2,10 m, conforme especificações	un	20,00		
9	Pintura de esquadria de madeira: porta meia veneziana, dimensões 0,70 x 2,10 m, conforme especificações	un	30,00		
10	Pintura de esquadria de madeira: porta meia veneziana, dimensões 0,80 x 2,10 m, conforme especificações	un	20,00		
11	Pintura de esquadria de madeira: porta veneziana, dimensões 0,60 x 2,10 m, conforme especificações	un	20,00		
12	Pintura de esquadria de madeira: porta veneziana, dimensões 0,70 x 2,10 m, conforme especificações	un	30,00		
13	Pintura de esquadria de madeira: porta veneziana, dimensões 0,80 x 2,10 m, conforme especificações	un	20,00		
14	Pintura de esquadria metálica: porta corta-fogo, dimensões 0,80 x 2,10 m, conforme especificações	un	25,00		
15	Pintura de esquadria metálica: porta corta-fogo, dimensões 0,90 x 2,10 m, conforme especificações	un	160,00		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO					

(OBS.: Código SIASG BR 000019372)

4.1.2 - O valor global do Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_);

4.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato;

4.1.4 - Os preços são fixos e irrevogáveis, salvo as hipóteses previstas no art. 12 do Decreto nº 3.931/2.001.



#### 4.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.2.1 - O pagamento à Contratada será efetuado, após a conclusão dos serviços, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

4.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Divisão de Compras do Contratante, localizada Rua Acre, nº 80 – sala 1604 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br);

4.2.3 - Para fins do disposto no subitem 4.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária;

4.2.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal;

4.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 480 de 15/12/2004, alterada pelas IN SRF nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB n.º 765 de 02/08/2007.

4.2.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.2.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.2.6.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.2.7 - O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

4.2.7.1- Existência de qualquer débito para com o mesmo;

4.2.7.2 - Se os serviços prestados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

4.2.8 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.2.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.



## **5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1 - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	PTR	Elemento de Despesa	Nota de empenho
02.061.0569.4257.0001	000.906	3.3.90.39.16	

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:**

6.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

6.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

6.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.1 - A multa moratória estipulada no item anterior fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

6.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas previstas nos itens 6.3 e 6.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.6 – Se as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

6.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

6.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

6.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.





6.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

6.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

6.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

6.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

7.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após a conclusão dos serviços objeto deste Contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;

7.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e depois de concluída a vistoria, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

7.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

7.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços/materiais foram realizados/entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

7.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou matérias que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:**

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.



8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

9.1 - Os serviços pactuados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 121/2011 e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2012 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada à fl. \_\_\_\_ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:**

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

#### **11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:**

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, inclusive, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo previsto no subitem 7.1.2 da Cláusula Sétima.

11.2 – O prazo de garantia dos serviços é de \_\_ (\_\_\_\_) anos, *[no mínimo 05 (cinco) anos, conforme Proposta]*, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

#### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

12.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.





12.2 – Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

13.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10.192 de 14/02/2001 e nº 9.069 de 29/06/95.

13.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

13.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

13.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

13.5 - O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

13.6 – O Contratante proporcionará todos os meios indispensáveis à boa execução dos serviços ora contratados.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (*quatro*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.012.

---

JADERSON CORREA DOS PASSOS  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor Geral

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)